

MEMÓRIA E RELATO HISTÓRICO¹

REGINA BEATRIZ GUIMARÃES NETO*

Resumo: O artigo reflete acerca da utilização das fontes orais na construção da narrativa histórica, procurando questionar os laços mais importantes das *artes da memória* e do tempo histórico, entendendo que as histórias relatadas são, antes de tudo, acontecimentos e trajetórias de vidas lembradas - memória individual e coletiva. Os relatos não são meras exposições da memória, mas um olhar através do tempo plural, um olhar que constrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro. Ao mesmo tempo, atualização do passado no presente e leitura do passado como *invenção* do presente.

Palavras chaves: história, memória, narrativa.

Abstract: This article examines the utilization of oral sources in the construction of the historical narrative attempting to question the most important bonds of the *arts of the memory* and of the historical time considering that the "stories reported" are mainly events and paths of remembered lives - individual and collective memory. The reports are not mere expositions of memory but rather they are a look across the plural time, a look that reconstructs, deciphers, reveals and permits the passage from one time to another. At the same time it permits actualization

* Professora doutora do Departamento de História e Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso e colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora do CNPq.

of the past in the present and the reading of the past as an *invention* of the present.

Keywords: history, memory, narrative.

A prática do historiador se redefine diante da conquista de novos territórios, da diversidade dos procedimentos metodológicos e das abordagens historiográficas contemporâneas. Porém, mais que nunca a qualidade da produção histórica aparece diretamente relacionada às questões propostas ou ao questionário elaborado pelo historiador, o qual precede a escolha de um *corpus* documental, orientando-o na análise e crítica das fontes, garantindo, por assim dizer, a pertinência e as condições de uso da documentação. A mobilização das fontes documentais pelos historiadores, obriga-nos a experimentar tratamentos inéditos, sobretudo relevando a construção do passado recente, e também a refletir sobre a elaboração de questões que têm poder para modificar, ampliar e direcionar as pesquisas. Mais ainda, exige diferenciar as operações da memória daquelas da história e tornar visíveis os lugares da produção e elaboração historiográfica, indicando os pontos de referência teórica e metodológica – os legados interiorizados.

É preciso, diante dessas considerações analíticas, delinear alguns referenciais e contribuições que possam nortear certos passos no trabalho com as fontes sobretudo orais, permitindo aos historiadores lançar mão de práticas metodológicas que contemplem a natureza múltipla da documentação produzida. Um primeiro posicionamento se impõe. Não defendo a existência de uma história oral, como uma forma particular de história; penso ser pertinente discutir, sim, a utilização das fontes orais na estrutura narrativa, exibindo os traços das experiências históricas como resultados das práticas sociais. Assim, é necessário precisar de que forma as fontes orais entram nas operações cognitivas que levam a construção histórica dos temas e objetos de pesquisa propostos.

Algumas questões dirigem estas reflexões, ao enfrentar os problemas suscitados pela utilização dos relatos orais:

1. É preciso dispensar às fontes orais o mesmo rigor crítico utilizado no tratamento de outras fontes documentais. A crítica aos relatos orais deve constituir-se em instrumento de investigação das suas próprias condições de

produção – o lugar social em que a pesquisa está circunscrita –, como se procede com as demais fontes.

2. Torna-se importante situar o testemunho, na perspectiva de Paul Veyne, insistindo na constituição da trama histórica², fundamental na caracterização da especificidade do testemunho histórico. Tal operação nos obriga a mergulhar os relatos orais em seus múltiplos contextos³, armar as ligações necessárias com diferentes fontes, acontecimentos e práticas, confrontá-los com outras indicações, vestígios e possibilidades, a fim de dar-lhes inteligibilidade no texto. Nesta operação, relevando também os jogos de linguagem, produtores de efeitos encenativos, é preciso entender que, por mais rico que seja qualquer relato acerca de trajetórias individuais, o que mais importa é a sua especificidade nas articulações com a memória coletiva.

3. Devem-se destacar ainda as questões técnicas das entrevistas e o processo construtivo da fonte oral relacionado aos interesses do entrevistador e do próprio depoente, que supera a questão meramente técnica. E nesse ponto reside uma das bases para a competência da história oral, como metodologia de pesquisa, a credibilidade dos seus procedimentos e legitimidade quanto à produção de documentos⁴. Por outro lado, poder-se-ia indagar em que medida as demais fontes independem de uma perspectiva construtivista: questões que requerem um debate mais amplo.

Inicialmente, gostaria de assinalar dois aspectos, de igual força, para refletir acerca da relação entre a utilização das fontes orais e a produção historiográfica. Primeiro, é necessário reconhecer que a fonte oral não é o *outro* da fonte escrita: fazem parte, tanto uma, quanto outra, do sistema escriturístico moderno, operando com os mesmos códigos de referência cultural (sem postular uma origem única). Michel de Certeau, referindo-se a essa questão, traz a idéia fundamental da abrangência da escritura no período moderno, assinalando um mundo que já não pode ser pensado sem a escrita, ele mesmo retomando a reflexão de François Furet, para quem a modernidade é a escritura: “Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”⁵.

A oralidade não pode mais ser restabelecida como forma de comunicação privilegiada, como foi na época medieval, quando os textos escritos eram produzidos tendo em vista sua forma predominante de

transmissão oral. Os textos escritos não são mais construídos para serem lidos em voz alta: a leitura segregou-se. Portanto, a fonte oral de que podemos dispor não deve ser tratada como reconstituição de um “elo perdido” com a oralidade—o que não impede de observarmos e retirarmos ligações matizadas, relações duradouras e especiais com as tradições. E se escrever é, antes de mais, produzir um texto, a operação oral (contar, falar) também não deixa de ter uma relação primeira com a produção de textos e discursos estratégicos. Enfim, deve-se assinalar a importância de se levar em conta o relato oral como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas; em suma, um texto passível de ser lido e interpretado e, da mesma forma, um texto articulador de discursos.

O segundo aspecto a considerar é a relação da fonte oral com o tempo, o que coloca em relevo a memória histórica. Ora, a história é o campo de conhecimento que acolhe a narrativa, tanto oral quanto escrita, segundo critérios de ordenação temporal, sem ter a intenção de reduzir a história a uma narrativa cronológica de acontecimentos, tal como aponta Paul Ricoeur:

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como será frequentemente repetido nesta obra: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal⁶.

É certo que a composição inteligível de uma narrativa encontra-se em consonância com a disposição temporal das experiências, o que não implica ordenar o tempo de forma linear, devendo, muito pelo contrário, abrigar o tempo fragmentário e plural.

Ora, por suas próprias características, enquanto forma de memória, o testemunho oral aponta para a descontinuidade temporal, fazendo emergir do fluxo do tempo/experiência os fatos considerados mais significativos do ponto de vista do narrador. Contudo, na narrativa, essa descontinuidade se organiza, parte de referências significativas, aponta para as ações individuais e coletivas, buscando dar inteligibilidade aos relatos e às trajetórias humanas. E assim, os “fatos da memória” apreendidos em imagens, apresentando articulações próprias e únicas, estabelecem ligações, ressonâncias com uma teia de acontecimentos, com os quais teremos de operar na construção da

narrativa histórica. Pode-se considerar que a narrativa sobre a qual incide um ponto de vista histórico é o campo onde as imagens das ações dos diversos agentes sociais – e os signos que emitem – ganham movimento e podem, talvez, respirar a sua plenitude. Mas, essas imagens, não se pode esquecer, apresentam-se como resultados de uma nova construção.

O trabalho historiográfico com as fontes orais deve considerar ou incidir a sua atenção sobre a particularidade do tempo da memória, procurando questionar os laços mais importantes ou a natureza dessa relação, das *artes da memória* e do tempo histórico, entendendo que as histórias relatadas são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados. As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar que atravessa o tempo múltiplo, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro e, especialmente, traz a possibilidade de atualização do passado no presente. Mas, sobretudo, revela a possibilidade de compreender o passado, também, como *ficção do presente* – para usar a expressão de Michel de Certeau⁷.

Levando-se em conta o papel da memória para a representação do passado, Marcel Proust oferece uma perspectiva bastante rica a esse debate. A exploração da memória, apesar da fecundidade das lembranças, não se confunde com o esforço máximo para trazer à tona as recordações; a memória, no caso de Proust, é vista como instrumento de uma aprendizagem, tendo-se em vista que a “[...] Recherche é voltada para o futuro e não para o passado”⁸. O passado em si mesmo nada vale e “[...] por mais importante que seja o seu papel, a memória só intervém como o meio de um aprendizado que a ultrapassa tanto por seus objetivos quanto por seus princípios”⁹.

Os signos da memória são condutores especiais para a *redescoberta* do tempo – as “verdades” são sempre temporais. Para Proust, assim como para Platão, aprender é relembrar e relembrar é aprender, mas aprender é expor-se à violência dos encontros com os signos, sabendo-se que em Proust, diferentemente de Platão, a inteligência vem sempre depois. Para Jorge Luis Borges, na doutrina platônica, “inventar” e “descobrir” são palavras sinônimas, e teriam o mesmo significado que recordar (o elemento da aprendizagem). E mais, afirma ainda que, quando o poeta concebe a obra, ele segue descobrindo-a ou inventando-a, como se a obra preexistisse: “[...] as coisas já se encontram ali. Mas estão ali escondidas e meu dever de poeta é descobri-las”¹⁰.

Inventar, descobrir, aprender: mesclam-se na riqueza da recordação. Aliás, recordar, palavra latina (*re*: de retornar; *cor*: de coração), exprime a imagem do retorno pelo coração, e só se retorna pelo coração a tudo aquilo que nos toca profundamente, em busca do seu sentido: mais uma vez, a questão dos signos ganha relevo. De acordo com Proust, o esforço da recordação pura e simples não é nada; só se recorda/aprende por necessidade: “O acaso do encontro é que garante a necessidade daquilo que é pensado. Fortuito e inevitável [...]”¹¹.

A idéia de descoberta e invenção é de suma importância, não como algo que nunca existiu, mas como aprendizagem e interpretação das coisas, objetos e seres, emitindo signos a serem decifrados, interpretados. Assim também em Borges está a noção de que as coisas preexistem – “[...] como se esse poema preexistisse em nós [...]”¹²; e em Proust, de que as coisas se acham sob encanto, o passado oculto, “[...] em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca”¹³.

Proust evoca, nesse caso, a crença céltica, segundo a qual:

(...) as almas daqueles a quem perdemos se acham cativas em algum ser inferior, em um animal, um vegetal, uma coisa inanimada, efetivamente perdidas para nós até o dia, que para muitos nunca chega, em que nos sucede passar por perto da árvore, entrar na posse do objeto que lhe serve de prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e, logo que as reconhecemos, está quebrado o encanto. Libertadas por nós, venceram a morte e voltam a viver conosco¹⁴.

Por isso a força do encontro em Proust – enigmática e violenta – dependendo disto a “libertação da alma” aprisionada nas coisas materiais, condição de se ter acesso à experiência de nossa vida; e a força poética do pressentimento em Borges – sentir a presença da poesia – preexistir em nossa memória o que está oculto na vida, dar vida às almas cativas, condição de felicidade: uma experiência estética.

Certamente Walter Benjamin, ao refletir sobre “A imagem em Proust”, dá ao acontecimento lembrado o caráter de infinitude:

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois¹⁵.

O acontecimento, nessa concepção, interrupção do tempo, faz explodir pelos ares o *continuum* da história e traz um tempo carregado de *agoras*, rompendo com a noção de um presente que é transição, presente que pára no tempo e se imobiliza¹⁶. Para ele a história é, antes de tudo, presente: um presente que recolhe do passado situações ou acontecimentos como pontos de concentração que têm o poder de revelação, opondo-se à memória perpetuadora dos grandes feitos: [...] a recordação é a única maneira de barrar o caminho à repetição do Mesmo [...] ¹⁷

Para Walter Benjamin, a força rejuvenescedora em Proust encontra-se nas reminiscências¹⁸. Deleuze também afirma: “Proust nos fala da plenitude das reminiscências ou das lembranças involuntárias, da alegria celestial que nos dão os signos da Memória e do tempo que eles nos fazem bruscamente redescobrir¹⁹.

Deve-se destacar ainda que, diante de toda experiência individual e coletiva, a memória e a história tanto podem intervir como um meio de aprendizagem quanto como um instrumento político: dupla face que dimensiona as experiências humanas. Aprender também diz respeito a uma memória que tem em si o poder de entreabrir o passado. Ora, para Walter Benjamin, tudo aquilo que a *ciência* pôde definir e dar por acabado, dentro de uma linha historicista, na qual se apresenta a imagem eterna do passado, só a memória pode modificar, e rebelar-se contra todo aquele que deseja sua posse, seu triunfo²⁰.

Outro aspecto da reflexão sobre a função da memória no campo das ações humanas pode ser estudado tomando-se por base a concepção grega da história, na qual a memória é também revelação de vida e busca de eternidade. Em Heródoto, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens formam a matéria da história. Seria, assim, sua tarefa salvar os feitos humanos do esquecimento, garantindo-lhes um certo caráter de permanência, impedindo-lhes seu inexorável perecimento. Somente a recordação – Mnemósine – considerada a mãe de todas as musas, poderia vir socorrer os homens de seu insignificante destino, marcado pela

transitoriedade²¹. E como nada pode sobreviver ao momento de sua realização mesma, os homens teriam de encontrar os artifícios adequados para superar essa efêmera condição humana: “A tarefa do poeta e historiador (postos por Aristóteles na mesma categoria, por ser o seu tema comum *práxis*) consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação”²².

Hannah Arendt destaca uma das mais belas passagens da *Odisséia*, em que Ulisses consegue rever o passado e reconhecer a sua história – poeticamente – quando, na corte do rei dos Feácios, ouviu a narrativa de seus próprios feitos e pesadelos, tecendo a sua vida:

[...] agora algo fora dele próprio, um ‘objeto’ para todos verem e ouvirem. O que fora pura ocorrência tornou-se agora ‘História’ [...] A cena em que Ulisses escuta a história de sua própria vida é paradigmática tanto para a História como para a Poesia; a ‘reconciliação com a realidade’, a catarse, que segundo Aristóteles era a própria essência da tragédia, constituía o objetivo último da História, alcançado através das lágrimas da recordação.²³

Os gregos entendiam a história dos eventos humanos como interrupção do ciclo do eterno retorno:

Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bíos* retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções - o extraordinário, em outras palavras²⁴.

Dos eventos e ocorrências singulares, doravante, ocupar-se-ão historiadores e poetas: “E o fazem traduzindo *práxis* e *léxis*, ação e fala, nessa espécie de *poíesis* ou fabricação que por fim se torna a palavra escrita”²⁵. A solução encontrada pelos gregos para imortalizar os grandes feitos humanos, por meio das palavras, aproximou, no campo da criação, a história e a poesia, embora para Aristóteles: “[...] poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois se refere aquela, principalmente, ao universal, e esta ao particular”²⁶. A história porque diz das coisas que sucederam e a poesia das que poderiam suceder: “[...] representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade”²⁷.

O poeta, para Aristóteles, deve ser um fabulador, mesmo que venha a fazer uso do *real*, pois pelo fato de imitar ações, “[...] nada impede que algumas das coisas que realmente acontecem sejam, por natureza, verossímeis e possíveis e, por isso mesmo, venha o poeta a ser o autor delas”²⁸.

Se a tarefa do historiador consiste também em relatar ações e feitos, acontecimentos que efetivamente ocorreram, deve ser um descobridor/artífice da palavra – numa interação com a ação (*práxis* e *léxis*) – a fim de poder fazer perdurar e fixar à memória os feitos humanos. Mesmo o poeta deve ter uma consangüinidade com as coisas *reais* (segundo a verossimilhança e a necessidade), do contrário pode vir a ser um mau poeta – ou deixar de parecer maravilhoso – segundo Aristóteles²⁹.

Os historiadores também podem deixar de empreender bem a sua tarefa, e se acaso enfatiarem aqueles que o irão ler, o seu intento não será cumprido, na medida em que nada se grava, nada se guarda na memória, nenhuma lembrança entenece, nenhum *feito* se salva, se a escrita da história não consegue articular as ligações essenciais entre o vivido e o relato – problemática da relação entre narrativa e história. Em um belo trabalho, um texto crítico sobre Jorge Luis Borges, Ítalo Calvino trata exatamente de ressaltar a questão central, nessa mesma temática:

Assim, o poder da palavra escrita se liga ao vivido como origem e como fim. Como origem, porque se torna o equivalente de um acontecimento que de outra maneira ficaria como não tendo ocorrido; como fim, porque para Borges a palavra escrita que conta é aquela que tem um forte impacto sobre a imaginação, enquanto figura emblemática ou conceitual, feita para ser lembrada e reconhecida em qualquer aparição passada ou futura.³⁰

Penso também que é no âmbito dessa problemática que se pode situar o que disseram Duby e Lardreau³¹, ao afirmarem que a história deve ser colocada sob o ângulo da arte literária, pois é criação de um discurso que, necessariamente, tem que ser bom. É possível desenvolver um pouco mais essa idéia, seguindo as próprias palavras de Duby, no prefácio de seu livro *O domingo de Bouvines*³², quando declara que a primeira razão da sua escolha foi a *atração do prazer*; a segunda, *explorar o acontecimento* de uma forma muito própria (dessa forma a primeira escolha se associa à segunda):

[...] pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no afluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceriam nas trevas, despercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve.³³

Nesse sentido, destacaria dois pontos fulcrais com base na análise de Duby: primeiro, que o acontecimento deve apresentar-se com força suficiente para fazer jorrar palavras que assinalem vestígios e indícios relativos a uma combinatória ou a um entrecruzamento de condições e eventos sociais, imprimindo significado à vida de homens e mulheres – o acontecimento visto como diferença; segundo, que o relato do acontecimento – a linguagem – deve ter poder para dar vazão às palavras que fluem, como um rio solto, abrangendo os detalhes e o curso principal, abrindo novos caminhos. Ora, *o texto como tecido de palavras, imagens e significados*³⁴ é o produto do trabalho de artífice do autor. No caso do historiador que lida com episódios cotidianos que ganham o estatuto de acontecimento, este, o acontecimento resulta da fabricação da trama histórica, articulada pela escrita (criadora de efeitos), tomando sempre por base os documentos. É bastante conhecida a valorização que Paul Veyne faz do papel do historiador como “construtor” da intriga histórica, indagando *o que é a história?*:

[...] a resposta à questão não mudou desde que os sucessores de Aristóteles a levantaram há dois mil e duzentos anos: os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como actor; a história é um romance verdadeiro.³⁵

O mais importante já não reside em uma realidade situada fora do texto histórico, autônoma, ela própria, a “realidade”, depende dos modos e formas do discurso que o relato põe em curso (mas não deixando de manter a relação específica que a história tem com o documento)³⁶. Dessa forma, depende da armação da intriga que o acontecimento passado (recusando a antinomia entre conhecimento histórico e configuração narrativa) adquira significado e cumpra seu papel, tão caro aos gregos: salvar os feitos humanos do esquecimento ou da banalidade, conduzindo à ousadia o destino humano.

Finalizando, ao se utilizar os relatos orais como fonte documental, é preciso ter presente, primeiramente, a complexidade do tempo – plural – visto como “material de análise” aberto a múltiplas leituras; em segundo, considerando a importância das recordações para “salvar as ações humanas do esquecimento”, os relatos orais são reconstruídos na forma de textos escritos, obedecendo a processos de construção que não se encontram livres das regras da escrita próprias do gênero do qual se originou o texto.

As reflexões teóricas desenvolvidas neste artigo são resultado de questões e problemas que surgiram no decorrer da investigação que realizei para o meu livro *Cidades da mineração – memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX*³⁷. Uma tensão/diálogo constante entre a produção e utilização das fontes orais e escritas e as estratégias metodológicas dominou todo o trabalho. Os relatos orais que deram suporte e fizeram parte do *corpus* documental, apresentado no livro, encontram-se relacionados às ações das personagens pertencentes aos principais grupos sociais que participaram dos deslocamentos migratórios em direção a um dos estados do Brasil, Mato Grosso (situado na região Centro-Oeste e na Amazônia), na primeira metade do século XX. Território habitado pelo povo Bororo, a parte leste deste estado foi ocupada – movimento de conquista e usurpação das terras indígenas – pelos mineradores e pelos segmentos de pequenos proprietários rurais. Foram grupos sociais provenientes de duas grandes “frentes”: das áreas rurais dos estados de Minas Gerais e Goiás, prioritariamente, à procura das terras devolutas do estado, para a formação de fazendas de gado; e das regiões Norte e Nordeste do Brasil, dirigindo-se às áreas de mineração, corrutelas e povoados, especialmente em busca das minas de diamantes.

Os narradores são homens e mulheres com atividades sócio-econômicas muito distintas e estilos próprios de vida. No entanto, partilharam de uma mesma experiência histórica, considerando esse período dos movimentos migratórios para o leste de Mato Grosso³⁸. Ocupação das terras

devolutas e exploração das minas de diamantes, no lendário vale do rio das Garças (afluente do rio Araguaia), deram a tônica aos deslocamentos. Procurei colher as memórias dos moradores, tanto das fazendas, quanto das pequenas cidades e povoados: os primeiros, marcados pelas práticas que produziram no trabalho com a terra e com o gado, mais sedentários, contam histórias dos “sertões” e suas tradições; os outros, vivendo a experiência do nomadismo por contingência, devido as profundas desigualdades sociais, são aqueles que vieram de longe, homens e mulheres do Norte e Nordeste, grandes contadores de histórias, viajantes que de porto em porto tecem, nas urdiduras do tempo, o seu passado.

É desse entrecruzamento que surgem os dois principais arquétipos da estrutura narrativa mais antiga: o viajante (o marinheiro e o mercador) e o habitante de sua terra (o lavrador sedentário e o artesão). W. Benjamin, em “O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”³⁹:

A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos [...] A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendido se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos⁴⁰.

E ainda, “o conhecimento do lugar distante” e o “conhecimento do passado” caracterizam, nessa relação, o encontro mais fecundo:

Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada. Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens - é a imagem de uma experiência coletiva, para a qual mesmo o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não representa nem um escândalo nem um impedimento.⁴¹

As práticas culturais, nesse universo, entrelaçam-se e constituem a matéria da memória, “experiência”, proveniente da *repetição* e do *hábito*: “Memória inintencional (Freud) e memória involuntária (Proust) constituem este conceito de Benjamin”⁴².

Compreendendo-se, assim, que só há experiência em sentido pleno quando entram em conjunção certos conteúdos do passado individual com

outros do passado coletivo. É nesse contexto cultural que se torna necessário refletir acerca das condições de produção dos relatos privilegiados para os estudos realizados. A proposta deste artigo foi a de delinear as referências teórico-metodológicas que nortearam as análises desenvolvidas, tomando-se por base o trabalho com os relatos orais de memória tanto dos moradores das fazendas, quanto dos que vieram de muito longe, em busca das áreas de mineração – os moradores das pequenas cidades. Entremeando-as, uma e outra possibilitam a construção de narrativas que refiguram as marcas das lembranças e as experiências passadas, estas como fontes que enriquecem a tessitura da vida social e dão o toque mágico ao mundo vivido. Um passado, não como memória acumulativa, mas que emite signos, provocando encontros a serem “decifrados”. Muitas vezes, meras lembranças, reminiscências, que emergem como sinais involuntários – fiapos desgarrados –, mas plenos de revelações. A riqueza está em poder apreender nas histórias narradas os fios de tensões, as linhas contraditórias, talvez muito mais ambíguas, linhas de fuga que formam um quadro complexo e desafiador para a pesquisa histórica. Afinal, para o conjunto de histórias vividas/relembradas, matéria da experiência, deliberadamente não existem heróis, embora alguns possam aparecer como tais em outras histórias: relatos de uma ocupação, de uma lei, de um tempo e um mundo próprio. E, embora as palavras de Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*, possam soar como as batidas de um velho sino, chamam a atenção para essas personagens dos “enigmáticos sertões”: “Conseguiu de muito homem e mulher chorar sangue, por este simples universozinho nosso aqui”⁴³.

Recontar as histórias é também reinventar a experiência humana.

Notas

¹ Este texto é uma versão atualizada do artigo – *artes da memória, fontes orais e relato histórico* – publicado na Revista *História & Perspectivas* do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia – MG, n.23 – jul./dez. 2000.

² Cf. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

³ Utilizo aqui o ponto de vista da microhistória, que recusa a existência de um contexto unificado e homogêneo. Ver Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”.

- In: Jacques Revel (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ⁴ Cf. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; Antônio Torres Montenegro. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994; Verena Alberti. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ⁵ Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 225.
- ⁶ *Tempo e narrativa*, Tomo 1. Campinas: Papirus, 1994, p.15.
- ⁷ “Escritas e histórias”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 21.
- ⁸ Gilles Deleuze. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1987, p. 4.
- ⁹ Idem, p. 4.
- ¹⁰ Jorge Luis Borges. “A poesia”. In: *Sete noites*. São Paulo: Editora Max Limonad Ltda, 1983, p. 124.
- ¹¹ Gilles Deleuze. *Proust e os signos*. Op. cit., p. 16-17.
- ¹² Jorge Luis Borges. “A poesia”. In: *Sete noites*. Op. cit, p.125.
- ¹³ Marcel Proust. *No caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 1990, p.48.
- ¹⁴ Idem, p. 48.
- ¹⁵ Walter Benjamin. “A imagem de Proust”. In: *Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.37.
- ¹⁶ Walter Benjamin. “Sobre o conceito da História”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Op. cit. Teses XIV, XV e XVI, p. 229-231.
- ¹⁷ Essa questão é abordada por Olgária C. F Matos, com uma maior abrangência na primeira parte do seu livro: *Os Arcanos do Inteiramente Outro - A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989. A citação: p.59.
- ¹⁸ Cf Walter Benjamin. “A imagem de Proust”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Op. cit., pp. 36-49.
- ¹⁹ Gilles Deleuze. *Proust e os signos*. Op. cit. p.54.
- ²⁰ Cf. Olgária C. F Matos. *Os Arcanos do Inteiramente Outro - A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. Op. cit, p. 101.
- ²¹ Cf. Hannah Arendt. “O conceito de história - antigo e moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.

²² Idem, p. 74.

²³ Idem, p. 74-75.

²⁴ Idem, p. 72.

²⁵ Idem, p. 74.

²⁶ ARISTÓTELES. "Poética". In: *Os pensadores*, volume Aristóteles. Tradução de Eudoro de Souza. Abril Cultural, São Paulo, 1973, p. 451.

²⁷ Idem, p. 451.

²⁸ Idem, p. 451.

²⁹ Idem, p. 451-452.

³⁰ "Jorge Luís Borges". In: *Por que ler os clássicos*. São Paulo, Cia das Letras, 1993, p. 251.

³¹ Georges Duby e Guy Lardreau. *Dialogues*. Paris, Flammarion, 1980.

³² Georges Duby. *O domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1993.

³³ Idem, p. 10-11.

³⁴ Ítalo Calvino. *Por que ler os clássicos*. Op. cit., p. 250.

³⁵ Paul Veyne. *Como se escreve a história*. Op. cit., p. 10. Sem querer entrar aqui na polêmica se a história é uma ciência - como o é para Le Goff - ou não - como para Veyne.

³⁶ Cf. Roger Chartier. "O passado composto. Relações entre filosofia e história". In: *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990, p. 69-89.

³⁷ Regina Beatriz Guimarães Neto. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

³⁸ A designação *leste* de Mato Grosso está em concordância com as fronteiras do antigo estado de Mato Grosso, antes de sua divisão político-administrativa, em 1977, e é a que serve de referência para o período histórico aqui tratado. Esta parte do estado corresponde ao atual sudeste.

³⁹ Walter Benjamin. In: *Magia e técnica, arte e política*. Op. cit., p. 197-221.

⁴⁰ Idem, p. 198-199.

⁴¹ Idem, p. 215.

⁴² Ver Olgária C. F. Matos. *Os Arcanos do Inteiramente Outro - A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. Op. cit, p. 93 (nota 1).

⁴³ João Guimarães Rosa. *Grande sertão: veredas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 17.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARENDT, Hannah. "O conceito de história - antigo e moderno". In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza, Coleção Os pensadores, volume Aristóteles. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*, Vol. I. *Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALVINO, Ítalo. "Jorge Luis Borges". In: *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DUBY G. e LARDREAU G. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1980.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

BORGES, Jorge Luis. "A poesia". In: *Sete noites*. São Paulo: Editora Max Limonad Ltda, 1983

MATOS, Olgária C. F. *Os Arcanos do Inteiramente Outro - A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 1990.

PROUST, Marcel. *Tempo redescoberto*. 10º ed., São Paulo: Globo, 1990.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, Tomo 1. Campinas: Papyrus, 1994.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.